Assessor de Alckmin prega corte que causaria recessão

Confira nota assinada pelo coordenador da campanha da coligação A Força do Povo e divulgada nesta segunda-feira (9)

Geraldo Alckmin quer levar o país à recessão e o governo federal à inoperância. Este é o sentido da proposta de ajuste fiscal feita hoje por seu assessor econômico, Yoshiaki Nakano, em entrevista ao jornalista Terry Wade, da agência Reuters Nakano, apresentado como "potencial ministro da Fazenda" de um eventual governo Alckmin, quer fazer um corte anual de R$ 60 bilhões - ou 3% do PIB - no Orçamento Geral da União. Se efetuado, este corte seria equivalente a 13% do total das receitas líquidas do Orçamento do Governo Federal de 2006, que é de R$ 454,5 bilhões.

Sem uma reforma constitucional, só haveria um lugar onde efetuar esta redução: as chamadas despesas discricionárias, ou seja, custeio e investimentos dos ministérios. Em 2006, por exemplo, estas despesas são da ordem de R$ 82,7 bilhões.

Nakano, no entanto, aponta o "deficitário sistema de Previdência Social" como um dos principais alvos deste corte monumental, além de não ter identificado o que entende por "gordura" na burocracia pública.

Em outras palavras, o possível futuro ministro de Alckmin propõe a paralisia da máquina administrativa, com três conseqüências graves:

1) reduzir os benefícios conquistados pelos idosos, como a melhoria do salário mínimo concedida pelo governo Lula, que foi criticada por vários economistas tucanos;

2) interromper o processo de redução da pobreza e da desigualdade que vem sendo registrado nos últimos 4 anos, detectada em estudos da FGV, IPEA e BNDES;

3) provocar uma séria recessão, já que haveria queda na renda da população e nos investimentos públicos alavancadores da economia.

A abordagem correta, defendida pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, é continuar a política atual, marcada por um ajuste fiscal responsável, queda da inflação e da taxa de juros (que ainda absorvem parte importante do orçamento), e forte geração de empregos formais e aumento da renda per capita, acelerando assim o crescimento econômico.

Marco Aurélio Garcia, coordenador da campanha da coligação A Força do Povo (PT, PRB e PCdoB).